

Luta por direitos humanos vale prêmio internacional

Arnildo Schulz - 17/2/1998

TITO MONTENEGRO
no.com.br

O advogado Darci Frigo anda feliz da vida. Aos 39 anos, o filho de pequenos agricultores de Capinzal, em Santa Catarina, tem marcado na agenda um compromisso importante para o dia 20 de novembro, no Congresso dos Estados Unidos. Ele será o primeiro brasileiro a receber o Prêmio Robert F. Kennedy, entregue anualmente a pessoas que batalham pelos direitos humanos e contra os regimes de opressão pelo mundo afora. A premiação, existente desde 1984, é um reconhecimento ao vigor com que Frigo briga pelos interesses dos agricultores sem-terra do Paraná, onde mora. Lá, ele é advogado da Comissão Pastoral da Terra e se tornou um dos principais inimigos políticos do governador Jaime Lerner ao denunciar a violência policial contra os camponeses. Ex-seminarista mas ainda simpatizante do ideário de uma igreja engajada com as lutas populares, largou a batina mas logo se integrou à Pastoral, onde trabalha há 15 anos. Antes de viajar para os Estados Unidos — onde além de receber a láurea vai discutir a questão agrária brasileira com representantes de organismos internacionais, como o Banco Mundial — disse que não teme ser morto, pediu que o problema da distribuição de terra se torne uma prioridade para os governos e, claro, criticou a postura de Lerner. “Ele é o grande inimigo da democracia e dos movimentos sociais”, afirmou.

— O senhor não tem medo de ser morto?

— O perigo em relação à violência no campo ocorre quando vivemos situações mais conflituosas. Neste momento, não receio morrer. Acredito na possibilidade de continuar fazendo o meu trabalho e pretendo ver realizadas muitas das coisas com as quais a gente sonha.

— E com o que o senhor sonha?

— Eu sonho, em primeiro lugar,



Frigo ganhou o prêmio pela defesa dos camponeses do Paraná

que os direitos dos camponeses sejam reconhecidos por toda a sociedade. E isso passa não apenas pela realização da reforma agrária. O camponês precisa ser visto realmente como um cidadão. Por isso, devemos lutar contra situações como o trabalho escravo, que ainda existe em nosso país. E temos que incentivar também um processo de apoio aos agricultores familiares.

— Como o senhor avalia a reforma agrária brasileira?

— A reforma agrária tem acontecido de forma muito lenta e insuficiente. Do jeito que está, nem sequer dá conta de assentar os trabalhadores rurais que já estão mobilizados. Também é preciso reverter a mentalidade, que ainda resiste na sociedade brasileira, que apoia o latifúndio e o coloca acima da vida dos outros, da vida dos trabalhadores. Isso tem que mudar para que tenhamos uma sociedade mais democrática e mais justa.

— Os governos não pensam nisso?

— Hoje, a prioridade do governo federal ainda é pagar a dívida externa. Nos estados, o compromisso maior de quem está no poder é defender a grande propriedade, que também busca um escudo em boa parte do Poder Judiciário. É preciso que a prioridade maior se volte para a questão agrária.

— No Paraná também é assim?

— Sem dúvida. O governador paranaense, Jaime Lerner, é o grande inimigo da democracia e dos movimentos sociais. Ele simplesmente não é capaz de admitir que, no processo democrático, os trabalhadores organizados possam pressionar quando não têm suas necessidades atendidas. E ele ainda usa mecanismos não apenas anti-democráticos, como violentos. Por isso, eu costumo dizer que o Paraná se transformou num laboratório de repressão. No primeiro momento essa repressão se voltou contra os próprios trabalhadores que lutam por terra ou

por moradia, por exemplo. Depois de reprimir os movimentos, passaram a atacar os defensores dos direitos humanos.

— Essa repressão é policial?

— Por um lado, sim. Mas, quando aumenta a pressão nacional e internacional dos organismos que defendem os direitos humanos, o governo tem medo de produzir cadáveres. Então, nessas situações, há um recuo do uso da força policial e do aparato de segurança pública. Aí entra em cena a pistolagem, com a qual o governo é conivente. São grupos paramilitares patrocinados pela UDR. Os dados sobre as mortes no campo no Paraná demonstram como foi significativa a violência. Além dos 16 assassinatos e das 31 tentativas de homicídio contra camponeses que a Comissão Pastoral da Terra registrou, a polícia prendeu 489 trabalhadores nos sete anos do governo Lerner. Não existem precedentes, nem em estados tradicionalmente conflituados, como Pernambuco e Pará. Por isso eu tenho segurança para dizer que os métodos usados no Paraná são anti-democráticos.

— Como o prêmio que o senhor receberá pode mudar isso?

— O prêmio é importante para que a questão agrária brasileira ganhe visibilidade internacional. O reconhecimento do Centro de Direitos Humanos Memorial Robert F. Kennedy vai nos abrir muitas portas para que possamos pedir apoio a entidades internacionais para os nossos projetos. Ao mesmo tempo, vai ajudar a manter a reforma agrária na agenda política brasileira.

— Mas o senhor acredita que a violência vai diminuir?

— Acho que pode ser reduzida, sim. Mas desde que entendamos que a raiz do problema é a injusta distribuição de terra no Brasil, onde 2% da população é dona de 50% das áreas. E eu também espero que haja mais respeito ao trabalho de quem defende os direitos coletivos das maiorias marginalizadas.